

ECONOMIA

BOLHA GLOBAL

Governo mantém pressão para que bancos reduzam os juros cobrados do consumidor. Para o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, as instituições públicas devem ser os primeiros a baixarem as taxas

Combate ao spread elevado

EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

A pressão do governo para que os bancos privados diminuam o chamado spread bancário — diferença entre a taxa de juros paga pelas instituições financeiras para captar recursos da que ele cobra de seus clientes — continua. Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, se reuniram com os presidentes do Bradesco, Márcio Cypriano, e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Santander no Brasil, Fabio Barbosa, para tratar do assunto. Também participou o secretário extraordinário das Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Após o encontro, todos optaram pelo silêncio.

Nos últimos dias, no entanto, Barbosa tem rebatido o discurso do governo de que os bancos privados são os únicos culpados pela alta do spread. Mas o governo insiste que é inaceitável o fato do custo do empréstimo estar subindo em um cenário de queda da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 12,75% a.a. Com o alastramento da crise econômica mundial, os bancos privados subiram o spread bancário, temendo o aumento da inadimplência. Um dos instrumentos — que na avaliação do governo e também dos bancos privados — ajudaria na redução do spread bancário, mas que ainda aguarda aprovação pela Câmara, é a criação do

José Varella/CB/D.A Press - 18/2/09



NA REUNIÃO DE ONTEM DO CONSELHO POLÍTICO, HENRIQUE MEIRELLES (E) DISSE QUE O GOVERNO JOGARÁ PESADO PARA REDUZIR O SPREAD BANCÁRIO

cadastro positivo — em que as instituições têm todo o histórico bancário do bom pagador.

Ontem pela manhã, no primeiro encontro do ano do Conselho Político, o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, insistiu que o governo federal vai continuar jogando “pesado” para reduzir o spread bancário. A reunião contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva e dos líderes políticos que compõem a base aliada.

Durante o encontro, Meirelles destacou que os bancos públicos, principalmente Caixa e Banco do Brasil, devem liderar o processo de diminuição dos juros e spreads para forçar as instituições privadas a fazerem o mesmo.

Assim como em outros discursos, Meirelles afirmou que a liberação do crédito, tanto para pessoa

física quanto para a jurídica, está, aos poucos, sendo retomada. E esse movimento, por determinação do presidente Lula, está sendo puxado pelos bancos públicos. Tanto o BB quanto a Caixa já anunciaram várias reduções de taxas de juros neste ano.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, também fez um relato sobre a atual situação da economia. Na avaliação dele, o país já

está dando sinais de retomada da produção ainda que “modesta”. Assim como em outras oportunidades, destacou que o país não passará por recessão. A perspectiva do mercado é de que o Brasil registre dois trimestres consecutivos de PIB negativo, o que tecnicamente é considerado uma recessão. No ano, no entanto, a perspectiva é de um crescimento de até 2%.

Tarifa congelada

O Banco Central aprovou a associação entre Itaú e Unibanco. Segundo determinação do BC, o Itaú-Unibanco deve adotar as menores tarifas praticadas entre as duas instituições conforme a tabela em vigor em 2 de janeiro de 2009. A regra diz respeito, apenas, às tarifas dos serviços prioritários. A instituição terá 15 dias para adotar as tarifas.

Outra exigência é que o novo banco não poderá aumentar as tarifas para valor acima da média praticada pelos cinco maiores bancos do país. “Esse reajuste só poderá ocorrer naquelas tarifas que se encontrarem com valor inferior à média das tarifas cobradas pelos cinco maiores bancos, não podendo superar jamais essa média”, cita o documento do BC.

Com o negócio, vai ser criada a Itaú Unibanco Participações S.A., controladora do novo Itaú Unibanco Banco Múltiplo. O BC avalia, em documento divulgado ontem, que o negócio é uma “iniciativa que contribui para a solidez do Sistema Financeiro Nacional na atual conjuntura do mercado financeiro internacional”.